



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XI — N.º 245

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1956

CONGRESSO NACIONAL

SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 3 de Dezembro de 1956, às 21 horas
(Convocação feita em 5-11-1956)

Veto presidencial a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 14, de 1956, no Senado Federal, e n.º 1.807, de 1956, na Câmara dos Deputados) que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

Dia 4 de Dezembro de 1956, às 21 horas
(Convocação feita em 7-11-1956)

Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 600-E, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 16, de 1956, no Senado Federal) que dispõe sobre a aposentadoria de servidores públicos civis da União ocupantes de cargo e funções de Enfermeiro e Auxiliar de Enfermagem.

Dia 6 de Dezembro de 1956, às 21 horas

(Convocação feita para 20-11-1956 e adiamento em 18 do mesmo mês)

Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 59, de 1950, no Senado Federal, e n.º 4.582, de 1954, na Câmara dos Deputados) que autoriza o

Poder Executivo a mandar efetuar a reversão, no serviço ativo do Exército, dos oficiais do Quadro do Serviço de Intendência, que tenham sido compulsados desde 2 de Junho de 1946.

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE "VETO"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 11 de Dezembro próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.640, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 30, de 1955, no Senado Federal) que institui o ensino de obstetrícia, e dá outras providências.

Senado Federal, em 28 de Novembro de 1956

Apolônio Salles

Vice-Presidente, em exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

Apolônio Salles — Presidente.
Vivaldo Lima — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Reginaldo Cavalcanti — 4.º Secretário.
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
Neves da Rocha — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Alberto Pasquardini (1).
Cezar Vergueiro — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Victorino Freire.
Paulo Fernandes.
Mathias Olympio.
Mourão Vieira.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Othon Mäder.
Júlio Leite.
Novaes Filho.
Domingos Vellasco. (3)
Lino de Mattos.
Onofre Gomes. (2)

(2) Substituído temporariamente pelo
(1) Substituído pelo Sr. Lima Guimarães.
Sr. Gaspar Veloso.
(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Moura Andrade.
(4) Substituído temporariamente pelo Sr. João Arruda.

SUPLENTE

João Arruda.
Lima Guimarães.
Mendonça Clark.
Sylvio Curvo.
Atilio Vivacqua.
Secretário — Renato A. Chermont.
Reuniões às sextas-feiras, às 10 horas e 30 minutos.

Relatores designados pelo Senhor Presidente para o Orçamento da 1957:

Cezar Vergueiro — Ministério da Aeronáutica.
Ary Vianna — Ministério da Guerra e Marinha.
Lima Guimarães — Presidência da República.
Victorino Freire — Ministério da Justiça.
Paulo Fernandes — Ministério da Agricultura.
Mathias Olympio — Poder Judiciário.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente. (1)
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
Ezequias da Rocha.
Gilberto Marinho. (2)
Mem de Sá.
Mourão Vieira.

Reginaldo Fernandes.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Alô Guimarães.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.
2 — Pedro Ludovico (1) — Vice-Presidente.
3 — Leonidas Mello (2).
4 — Fausto Cabral.
5 — Saulo Ramos.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Alô Guimarães.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Caetano de Castro.
Mem de Sá.
Mathias Olympio.
Sá Tinoco.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões — As quintas-feiras. Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
Júlio Leite — Vice-Presidente.
Sá Tinoco.
Lima Teixeira.
Remy Archer (1).
Fernandes Távora.
Tarício de Miranda.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sebastião Archer.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões — Quartas-feiras, às 14 horas.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mendonça Clark.

Secretária — Nathércia Sá Leitão.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas

- 1 — Novaes Filho (*) Presidente.
- 2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.
- 3 — Francisco Gallotti.
- 4 — Gaspar Velloso.
- 5 — Coimbra Bueno.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Mem de Sá.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Comissões Especiais

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ruy Carneiro.

Lima Teixeira — Presidente.

Filinto Müller.

Francisco Gallotti.

Saulo Ramos.

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente. (4)

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho (2).

Benedicto Valadares. (7)

Gaspar Velloso.

Ruy Carneiro.

Lourival Pontes (3).

Daniel Krieger. (6)

Lima Guimarães.

Atílio Vivacqua.

Domingos Velasco. (5)

(1) Substituído temporariamente pelo Rui Palmeira.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Capral.

(4) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.

(5) Substituído temporariamente pelo Sr. Mourão Vieira.

(6) Substituído temporariamente pelo Sr. Ruy Palmeira.

(7) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.

Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 14 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Sebastião Archer (2)

Primio Beck.

Lino de Mattos.

João Arruda.

Paulo Fernandes (1).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRECTOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
LEOPOLDO CESAR DE MIRANDA LIMA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

(Impressa nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 29,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 106,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente por Remy Archer.

Secretário — Pedro de Carvalho.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.

2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.

3 — João Villasbôas. (*)

4 — Ruy Carneiro. (**)

5 — Saulo Ramos.

(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Argemiro de Figueiredo.

(**) Substituído, interinamente, pelo Sr. Costa Pereira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente (1)

João Villasbôas — Vice-Presidente

Gilberto Marinho

Benedicto Valadares (2)

Lourival Pontes

Gomes de Oliveira

Rui Palmeira

Bernardes Filho

Moura Andrade

(1) Substituído, temporariamente, pelo Sr. Remy Archer.

(2) Substituído, temporariamente, pelo Sr. Gaspar Velloso.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Calado de Castro — Vice-Presidente

Ary Vianna.

Alencastro Guimarães.

Francisco Gallotti (1)

Maynard Gomes.

Sylvio Curvo.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.

Secretária — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feiras às 16 horas.

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente

Atílio Vivacqua — Relator

Filinto Müller.

Secretário — José da Silva Lisboa.
Reuniões — As quintas-feiras,
Mendonça Clark — Relator.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.

Domingos Velasco — Vice-Presidente.

Remy Archer.

Parsifal Barroso.

Coimbra Bueno.

Ezechias da Rocha.

Secretário — José Soares de Oliveira.

Reuniões — As sextas-feiras, às 20 horas.

Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente

Atílio Vivacqua — Relator.

Lino de Mattos.

Alberto Pasqualini. (*)

(*) Substituído pelo Senhor Primio Beck.

Secretário — Sebastião Velga

Comissão Mista

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.

Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.

Gustavo Capanema — Relator.

Afonso Arinos — Relator.

Ari Viana.

Coimbra Bueno.

Juracy Magalhães.

Bernardes Filho.

Calado de Castro

Remy Archer.

Lopo Coelho.

Bilac Pinto.

Batista Ramos.

Arnaldo Cerdeira.

Secretários — Lazary Guedes e

José da Silva Lisboa.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.

Secretário — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Ata da 223.ª Sessão, da 2.ª Sessão Legislativa, da 3.ª Legislatura, em 28 de Novembro de 1956

PRESIDÊNCIA DO SR FREITAS CAVALCANTI

SUMÁRIO

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Mourão Vieira — Manifesta pesar pelo falecimento do Senhor Agnaldo Archer Pinto.

Senador Lourival Fontes — Problemas econômicos do Nordeste.

MATÉRIAS APROVADAS

— Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 1955, que dá nova redação ao § 2.º do artigo 499 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— Requerimento n.º 670, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 316, de 1956, que prorroga a Lei do Inquilinato e dá outras providências.

— Requerimento n.º 671, de 1956, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 171, de 1955, que transforma as estradas de ferro da União.

Comprometimento: 52 Srs. Senadores.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES

ANEXO AO PARECER N.º 1.294,
DE 1956

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 194 de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para auxiliar a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinícola de Jundiá, no Estado de São Paulo.

Ao art. 1.º (Subemenda da Comissão de Finanças à Emenda n.º 1 de P.ºnário).

Dê-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, os seguintes créditos especiais:

— de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinícola de Jundiá, no Estado de São Paulo;

— de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinícola de São Roque, no mesmo Estado.

Parágrafo único. Dessas importâncias 50% (cinquenta por cento) serão obrigatoriamente aplicados na construção de obra pública de reconhecida utilidade e sentido social nas referidas cidades".

Parecer n. 1.295, de 1956

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1956.

Relator: Senador Argemiro de Figueiredo.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Lei n.º 24 de 1956, originário do Senado Federal.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 1956. — Gaspar Velloso, Presidente em exercício. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Costa Pereira. — Saulo Ramos.

ANEXO AO PARECER N.º 1.295,
DE 1956

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 24 de 1956, que autoriza a emissão de selos postais comemorativos do bicentenário de fundação da Cidade de Borba, no Município do mesmo nome, no Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemora-

tivos do bicentenário de fundação da Cidade de Borba, no Município do mesmo nome, no Estado do Amazonas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Está lida a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento de urgência.

É lido o seguinte:

Requerimento n. 670, de 1956

Nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 316, de 1956, que prorroga a Lei do Inquilinato e dá outras providências.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1956. — Kerginaldo Cavalcanti. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Gilberto Marinho. — Ezequias da Rocha. — Mathias Olympio. — Ary Viana. — Lima Teixeira. — Gomes de Oliveira. — Atílio Vivacqua.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será votado depois da ordem do dia.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mourão Vieira.

O SR. MOURÃO VIEIRA:

(Lê o seguinte discurso):
Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Ao iniciar, hoje, as minhas atividades, ao chegar ao meu escritório, às nove horas da manhã, quando me preparava, como habitualmente o faço, para comunicar-me com o jornalista Agnaldo Archer Pinto, o telefone chamou e, atendendo-o, recebi de choque o violento impacto da infame notícia do falecimento daquele ilustre jornalista amazonense, e mais do que isso, de um grande amigo, de um excelente companheiro, de um irmão de ideal e pessoa a quem me ligavam os mais afetivos laços de amizade. Ainda ontem, Sr. Presidente, em função de meu mandato estivera eu em contato com esse meu grande amigo, acertando a melhor maneira de transmitir para o Amazonas notícias do trabalho orçamentário dos representantes amazonenses.

Ninguém poderia prever que aquele homem, moço cheio de vida, de rara e aguda inteligência, estivesse na antecâmara da morte. Agnaldo Archer Pinto desaparece aos 39 anos de idade, em pleno vigor, preocupado com as suas realizações de jornalista dinâmico e moderno, herdando, assim, do meu pranteado amigo e seu pai — jornalista Henrique Archer Pinto — méritos invejáveis e, sobretudo, uma decidida vocação para o jornalismo. Foi seu amigo de todas as horas, fui seu confidente de todos os momentos e por isso sou testemunha da dedicação com que esse homem de imprensa zelava e defendia os interesses dos jornais que dirigia e que sempre incidiam com os altos interesses do Estado que aqui represento.

Era Agnaldo Archer Pinto, chefe da Empresa Archer Pinto Ltda, que incorpora o matutino "O Jornal" e o vespertino "Diário da Tarde", jornais a que tenho prestado, desde a mocidade, permanente colaboração. Alargando a órbita das suas realizações, Agnaldo, fundou a "Rádio Rio-Mar",

emissora de renome em meu Estado e que, a 31 de dezembro, inaugurará a primeira estação de ondas curtas da minha terra.

Era, portanto, Agnaldo Archer Pinto, um espírito progressista e, com seu pai, foi o verdadeiro reformador da imprensa Baré, dotando seus diários de aparelhagem moderníssima, como o atesta a reforma total das suas máquinas prestes a serem montadas.

Perde o Estado do Amazonas um filho ilustre, perde a imprensa dos mais guileiros, perdem os seus afeiçoados uma alma cheia de bondade, perco eu um dileto amigo: perdi, Senhor Presidente, que só por dever, me faz ocupar esta Tribuna, esmagando a ínfima emoção depois de lhe ter velado o corpo durante toda a manhã.

Pertencia Agnaldo a uma das mais ilustres famílias maraenses e era parente próximo dos nossos colegas, Senadores Sebastião Archer e Remy Archer e deixa na viuvez a Senhora Maria de Lourdes Archer Pinto e na orfandade as suas filhinhas Senhorinha Carolina e as meninas Maria da Luz e Maria de Lourdes a quem acompanhemos nesta hora de luta e de dor.

Os Anais desta Casa, Sr. Presidente, guardarão estas minúsculas palavras como uma última e eterna homenagem do Estado do Amazonas a quem tanto amou — ao jornalista Agnaldo Archer Pinto.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, escrevi, porque não tive confiança no domínio da emoção. Pelo, como se tivesse perdido um irmão, para deplorar o passamento de um cidadão que deu tudo de si ao Amazonas e que, nesta hora, merece as homenagens do nosso Estado, dos seus representantes e do seu povo.

Para a inauguração da estação de ondas curtas, e iria com Agnaldo Archer Pinto a Manaus. Nessa viagem estava marcada para o dia 8 de dezembro próximo. Pode, portanto, o Senado aquilatar a minha emoção e o quanto me sinto, compungido, neste momento, ao tratar do desaparecimento de um homem a quem eu estava tão ligado, por laços de muita afetividade.

Agradeço ao Senador Lourival Fontes a gentileza de me ter concedido estes minutos, para traduzir a mágoa do Amazonas pela perda de Agnaldo Archer Pinto.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Fontes.

O SR. LOURIVAL FONTES:

Senhor Presidente, o progresso maior que se observou nos países subdesenvolvidos após a segunda guerra não foi só a duplicação da capacidade de produção ou o aumento dos níveis de exportação. Mas foi principalmente uma concepção econômica e social que tem as características duma verdadeira revolução. A expansão dos transportes e das comunicações, a utilização da energia e a aplicação de técnicas modernas estão fazendo desaparecer uma fragmentação econômica que datava de muitos séculos. Os progressos do ensino e da higiene, o aumento da produtividade e do emprego, o desaparecimento gradual das desigualdades de salário, o papel de nivelamento do imposto de renda e as reformas gerais desde a agrária até as das instituições políticas e sociais têm revelado uma missão dupla dos governos que é a de valorizar os recursos naturais e desenvolver os esforços humanos. O progresso econô-

Pareceres

Parecer n. 1.294, de 1956

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 194 de 1956.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 194, de 1956, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 1956. — Gaspar Velloso, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Saulo Ramos. — Argemiro de Figueiredo.

mico, como a religião, a língua, a tradição ou a cultura, ergueu-se como um dos fatores da integração social. E entre todos, no dinamismo do bem estar econômico e social, dirigiram-se os governos, os orçamentos, a política para a imensa tarefa do desenvolvimento dos territórios regionais. Muitas nações, que se formaram por vínculos comuns e solidários, carregavam os germes da desagregação e viveram arruinadas ou destruídas pelos ventos da discórdia. Mas ainda outras, que se criaram e recriaram pela usurpação, pelas ambições hegemônicas, pelo assalto à fragilidade dos seus vizinhos ou por aventuras ultramarinas, são hoje exemplos vivos de unidades nativas e monólitos geográficos. E' que, no seu processo de unificação, não deixaram desaparecer as variedades regionais ou as diversidades climáticas. Mas fizeram desaparecer e estão sabendo fazê-lo mesmo aquelas surgidas em dias recentes para a independência as desigualdades econômicas. As variedades do solo, as diversidades de clima, os acidentes da topografia, a riqueza da vegetação, a densidade ou escassez demográfica, o regime de águas, a uberdade ou a aridez e a regularidade da natureza produzem fatalmente uma evolução e influem sobre o modo de vida, a mudança das condições sociais, o resultado dos esforços, o rendimento do trabalho, os índices de cultura, os padrões de existência e a psicologia do povo. E' esta variedade regional que, em muitos países, estimula as possibilidades de desenvolvimento e, em alguns outros, acelera as dificuldades de crescimento. Não é esse o problema da unidade na uniformidade mas o de unidade na diversidade. E' também um problema de estabilidade e eficiência, problema humano de justiça, problema social de equidade. As nações separadas e divididas entre regiões opulentas e regiões subdesenvolvidas, áreas de prosperidade e zonas de miséria, entre o trabalho que se extenua no desgaste e o trabalho que se multiplica pela eficiência estão condenadas a uma perene instabilidade porque não há equilíbrio entre os opostos e os extremos. Porque umas encontraram as soluções são hoje os exemplos de entidades nacionais, porque outras não tentaram as soluções apareceram como expressões de aglomerados mantidos no seu tribalismo nômade sem consistência, sem fixação e sem continuidade. Não há uma nação viva, orgânica e articulada entre populações que nada conservam e nada preservam porque são a toda a hora forçadas a mudar de meio, de atividades e de formas de vida. Se, no campo mundial, as nações mais ricas, mais prósperas e mais adiantadas industrialmente estão pondo o inventário dos seus recursos, da sua técnica, das suas possibilidades e dos seus equipamentos na ajuda e no desenvolvimento das nações menos favorecidas, é antes de tudo um imperativo da razão que, nos quadros nacionais se adotem a mesma política, a mesma ação comum e os mesmos instrumentos de poder econômico. Se, um país, convulsionado pela ordem econômica, pode fazer correr perigo mortal os demais vizinhos, sem nenhuma dúvida as disparidades e os desnivelamentos entre regiões no interior de cada país constitui ameaça ainda maior de contágio e gangrena porque para essa não há uma política de cerco nem uma política de cordão sanitário. E' pelo crescimento harmônico, pelo progresso ordenado e generalizado, pelo desenvolvimento rítmico e proporcional de regiões, classes ou grupos, por uma economia de comunhão e não de privilégios, que se distinguem as vocações de unidade e não se confundem os desequilíbrios da incerteza.

Vejamos o exemplo ou talvez melhor o precedente do Sul dos Estados Unidos.

Não é a história de uma guerra mercantilista de interesses econômi-

cos e fior ainda a história sem remissão duma guerra perdida. Não é a história de atrocidades, violências e vinganças que deixaram mais ressentimento do que arrependimento. Não é história de escravos que passaram instantaneamente a senhores e exerceram uma justiça e uma regra sob forma de terror e humilhação. Porque depois dum século o conflito não se enterrou no passado mas, ao contrário, parece tão vivo, tão atual e tão presente depois de três gerações? E' porque, depois de quase um século, continuavam vivas, atuais e presentes a pobreza, o atraso, a ignorância, a ruína, a servidão do sul. É comum dizer-se que, excluindo alguns estados do sul do mapa americano, as estatísticas de higiene, renda, educação, conforto e progresso cultural cresceriam em escalas imensas e proporções gigantescas.

Temos no sul menos automóveis, menos telefones, menos abastecimentos d'água, menos escolas, menos hospitais, menos tratores, menos depósitos bancários, menos serviço de esgoto, menos terras adubadas, menos terras produtivas e menos terras saneadas. A renda per capita em um estado como o Mississippi não alcança 600 dólares anuais enquanto atinge a três mais no leste e na costa do Pacífico. A usura do solo desgastado pela erosão, o clima que engendra a passividade e a indolência, o pauperismo que atinge grandes massas humanas colocando abaixo dos padrões de riqueza americana, uma impermeabilização rural para a escassez do trabalho e da mão de obra, os métodos atrasados e os instrumentos arcaicos, tudo isto produzia no sul a constância da miséria, as dificuldades sociais, a maldição racial, os desnivelamentos chocantes, enfim gente sem destino, problemas sem solução e desventura sem consolo. Mais ainda era o sul o fornecedor de matérias primas, o mercado de consumo das manufaturas nortistas, o regime de exploração agrícola que substituiu o trabalho escravo.

O grande fenômeno da vida americana nos últimos anos é a reabilitação do sul. A sua condição de orfanidade vai desaparecendo. Não é mais o deserdado da fortuna nem o pário marcado pelos estigmas da pobreza. Mas o que fez despertar da sonolência secular, da letargia que desvalorizava o esforço humano que era quase o sinônimo dessa intolerável miséria ligada à terra ingrata? Quais as causas dessa transformação súbita, dessa mudança instantânea de estrutura, desse impressionante progresso que não só mudou as condições econômicas como as próprias formas de vida?

A última década assistiu ao desenvolvimento dessa empresa gigantesca que ficará marcada no tempo como exemplo a seguir ou lição a aprender. Uma absoleta e anacrônica estrutura econômica ruíu por terra para que em seu lugar viesse a sul, só é comparável à entrada ruidosa do ceder um reerguimento olímpico que oeste na comunidade americana.

A superpopulação dos campos onde vegetavam 80% dos habitantes entre duas culturas coloniais, o tabaco e o algodão, onde a metade das colheitas era devorada pela dinastia dos plantadores e onde as populações descascas e em estado de semineidade não percebiam de renda além de 500 dólares anuais, foi aos poucos desaparecendo pelo estímulo e pela atração de novas atividades produtivas. A causa dessa transformação, que praticamente começou nos fins da última guerra e tem a duração de pouco mais de uma década, foi a industrialização rápida, intensa e crescente. Os velhos burgos insignificantes e ociosos transformaram-se repentinamente em cidades populosas, dinâmicas e progressistas. As usinas ruíam, as indústrias emergem do solo, a prosperidade é surpreendida em todas as esquinas. Os salários se ele-

varam e hoje cada trabalhador ganha mais por semana do que por meses há dez anos passados. A população obreira aumentou de 2 milhões e mais de 17% das indústrias nortistas foram transplantadas para o sul. Em lugar de exportar as matérias primas e produtos nativos é hoje o sul que os trata, beneficia, aprimora e industrializa, que os tece, que os refunde e que os trabalha. O algodão, a lã, os tecidos sintéticos, as fibras e madeiras não mais emigram porque é no sul onde são trabalhados e transformados. O petróleo, com as suas refinarias e indústrias subsidiárias, a química com todas as suas utilidades sintéticas, e principalmente a energia atômica precursora da idade nuclear foram localizadas no sul e estão fecundando uma nova era em uma região que se esterilizara até agora como um mundo morto. No meio rural a trania de duas culturas servidas por um artesanato feudal foi substituída pela agricultura diversificada e pela introdução generalizada das máquinas que preparam para impulso mais produtivo a energia muscular. A redenção sulina pela industrialização não é apenas uma benesse romântica ou uma imagem sentimental. Na lista dos fatores que mais tem contribuído para a unidade, o crescimento harmônico, a homogeneidade sólida, a expansão em toda a escala de grandezas e dimensões de que é exemplo sem precedentes a nação Americana, nenhum, sobreleva e nenhum desafia a prioridade nesse esforço de que há dez anos se empenham o Governo, o povo, a finança, o capital privado, a iniciativa, o empreendimento e o pioneirismo dos Estados Unidos.

Mas voltemos a um outro exemplo para particularizar, não no mundo mas na comunidade latina, tão próxima de nós pelas afinidades de caráter, temperamento e estilo de vida.

É o caso da Itália. O esplendor e a decadência, a plenitude e a servidão, a opulência e a miséria não tinham linhas médias, nem zonas neutras, nem intercessões benevolentes. O norte com as suas cidades ativas, os seus portos movimentados, as suas chaminés fumegando no bulício do trabalho confrontava ou antes contrastava o sul com os seus pantanos letais, os seus latifúndios estéreis, as suas ruínas que não eram sequer gloriosas porque nada assinaavam a não ser o descaso, a indiferença e a omissão de muitos séculos e o pecado de muitas gerações. Que produzia o sul nesta longa estagnação, nesta modorra de sonâmbulo, nesta proscrição errante, nesta vida desditosa onde não havia fé para criar, nem ânimo para fazer, nem a alegria de começar, prêmio ao esforço, nem misericórdia para as duras penas? No quadro político e no plano espiritual não se encontra a visão dos estadistas, não se vislumbra a fé dos apóstolos, não se surpreende o conceito racional dos filósofos, nem a bravura dos guerreiros ou a devoção dos mártires mas ocupados por uma classe de politicantes que se tornou famosa nos estratagemas das manobras eleitorais e se degradou no jogo das combinações políticas. No plano econômico as massas de emigrantes, que, fugindo ao desemprego, enriqueceram as pátrias alheias e os mercados de trabalho com as ofertas atraídas da mão de obra barata. E no plano social interno o banditismo organizado, as sociedades clandestinas, a mão negra dos carbonários, os fantasmagóricos do fundo da noite, o terrorismo contra a lei, o crime como reação às desigualdades sociais de que foram exemplos a máfia e a camorra. Os cordões sanitários, os cercos de polícia e as expedições primitivas não defendiam o resto da nação dum contágio que a paralisava e a conduzia fatalmente à desordem generalizada quando desaparecessem as suas últimas fronteiras de resistência e su-

brevidência. Mas essas situações de instabilidade e insegurança não eram evidentemente o fruto do pecado original nem uma herança bíblica de maldição. Eram, sem nenhuma dúvida, o produto do pauperismo, um estado de crise que se transformava em estado de alma, uma condição de vida que não encontrando os meios de reabilitação se entregou vencida aos efeitos da degeneração. Não foi senão após o advento do fascismo, seguida e continuada pela implantação da república italiana, que se marcou uma política de redenção e valorização do sul. Um vasto programa de obras e melhoramentos públicos empenha as iniciativas privadas e os esforços governamentais. A terra foi saneada e irrigada e, acima de tudo, dividida e parcelada, nas bases duma reforma agrária que assegura a partilha dos bens e dos rendimentos. E, como exemplo digno de imitação, seguindo o precedente dos Estados Unidos, na última década, são agora os banqueiros, os homens de empresa e de negócio, os industriais, os pioneiros do norte italiano, de Turim, Milão, Genova e Trieste, que jogaram sobre os seus ombros a missão ou a tarefa da expansão e do enriquecimento daquelas terras que constituem o mercado das suas manufaturas, o centro de consumo das suas utilidades, os seus parques de produção, os seus celeiros de subsistência, enfim, clientes com capacidade aquisitiva e populações economicamente ativas.

No encontro de três continentes e na retorta das mais diferentes raças, culturas e religiões jazia imobilizada uma velha civilização que nos dias recentes irrompeu como uma das mais jovens, dinâmicas e energicas entre as novas nações independentes. No Egito a pressão e o confinamento das populações no delta do Nilo paralisavam o ritmo da sua vida e faziam dum país outrora berço e matriz de civilizações uma vítima indefesa ou uma presa cubizada dos imperialismos triunfantes. Mais de 96% da sua área constituem o deserto onde não penetravam a irrigação e a eletricidade; três quartos dos habitantes do país possuíam para a sua subsistência uma estreita faixa de terra no vale e no delta do Nilo que não alcançava mais de 11 milhas de largura. Enquanto a população crescia na proporção de 118%, a superfície cultivada não ascendia a mais de 18%. A densidade da população, cerca de 2.000 habitantes por milha quadrada, era a mais alta do mundo. Mais de 80% não possuía terra e quase metade da área cultivada representava o monopólio de menos de 1% da população. Ao novo governo nascido da revolução e composto de líderes energicos e resolutos cabia defrontar o problema de mais população e mais terra. Não podia haver equilíbrio, nem viabilidade, em uma nação onde toda a riqueza se limitava a uma pequena área e a posse dos bens circulava em poucas mãos. Impunham-se os esquemas de industrialização, os programas de educação, as campanhas de saneamento, os planos ambiciosos e grandiosos de desenvolvimento econômico. Mas o de que o Egito necessitava não eram planos, programas e esquemas, mas produção, e para produzir irrigação e eletricidade. Uma figura macrocéfala, um corpo imenso e gigantesco, como um vácuo, sustentando o peso de algumas milhas quadradas onde se espalhavam o luxo e a corrupção. Era preciso criar riqueza e depois partilhá-la. Era preciso levantar o nível de massas submergidas numa miséria sem descrição. O problema principal para o equilíbrio estável e o desenvolvimento harmônico do conjunto nacional era fazer cessar o desnivelamento entre regiões prósperas favorecidas pela natureza e regiões desoladas em que as adversidades precisavam ser dominadas e corrigidas pelo esforço humano. Era preciso vencer e conquistar o deserto com a irrigação, a eletricidade e a

reforma agrária. Numa soma de energia nunca ultrapassada para a sua reforma econômica e industrialização progressiva os egípcios estão empenhados neste instante no vasto projeto a ser concluído em dez anos da construção duma nova pirâmide de meio quilômetro que é a usina hidroelétrica de Aswan. Ela será uma fonte de eletricidade, matriz de força, um instrumento de recuperação do solo, uma arma produtiva de riqueza acessível ao povo. Ela fará mais pelo Egito em dez anos do que se fizeram em milênios e, segundo a observação dum jornalista americano terá um impacto maior sobre a economia nativa do que tiveram sobre os Estados Unidos as obras públicas executadas no começo deste século. Mais de dois mil acres de terra arável será acrescentada à atual superfície cultivada. A produção nacional será acrescida de 450 milhões de dólares anuais. As suas reservas consolidarão a irrigação perene para o cultivo do arroz, produção de nitratos como fertilizantes, uma usina siderúrgica, fábricas de papel e juta, usina de beterraba e de borracha. A reforma agrária, o progresso dos serviços sociais, a elevação intrínseca e gradual dos níveis de vida farão o resto, que é nada menos do que uma nova e estimulante página da história. Para o Egito que não será mais colonizada e para os egípcios que não serão mais explorados. Mas a expansão do algodão no vale do Nilo, ou a liberdade do petróleo no mundo árabe, levantou a conjuntura dos interesses predatórios. Discutem a universalização e a livre navegação do canal de Suez negando o direito de nacionalização que é próprio da independência e da soberania.

A mais nova entidade política, o amálgama mais heterogêneo e mais controverso, a maior combinação de opostos e disparidades é essa a um só tempo frágil e poderosa federação centro-africana. É para muitos uma ilusão, uma quimera, um recurso de desespero da política colonial britânica em cultivar uma esperança não desejada. É para quase todos um impasse, um labirinto intrincado, uma vereda sem saída, um enigma sem solução. Além das sobreveniências imperialistas sempre preocupadas em resguardar a supremacia perdida, a nova federação oscila entre as atrações e as repulsas do nacionalismo branco da União Sul Africana e do nacionalismo negro da Costa do Ouro. Três regiões compõem a nova federação: a Rodésia do Norte que é mestiça, a Rodésia do Sul que é branca e o Nyassa que é negro. A Rodésia do Norte é rica com as suas minas de cobre e tem uma economia próspera; a Rodésia do Sul tem uma economia deficitária e adversidades da balança comercial, mas incontestavelmente exerce uma superior influência política pelo estrato europeu dos seus habitantes. No Nyassa ainda sobejam a ignorância, a superstição e o trabalho escravo. É nesse complexo que se está formando uma poderosa união de interesses. É nesse mosaico de raças e religiões onde se caldeia neste momento um bloco granítico de harmonia multisocial. O cobre, o carvão, o cobalto e o urânio espalhados nas três regiões, além das reservas de mão-de-obra, estão transformando uma área heterogênea numa zona que se combina e complementa abrindo novas perspectivas de desenvolvimento, planificação e administração. O progresso econômico e político da federação centro-africana, nos prelúdios para a conquista de vida autônoma e independente, é principalmente o resultado duma associação de interesses menos de tradição e mais de compreensão. Mas principalmente o entendimento generalizado de que a nação é um todo, um composto, um conjunto, uma força de unidade. As regiões podem conservar e cultivar as suas pecu-

ridades e as suas diversidades, mas devem combinar-se e complementar-se uma e outras, desenvolver-se harmonicamente e sem dúvida gozar dos níveis equivalentes de progresso.

Não foi por outra razão que a União Soviética transformou a vastidão siberiana, por tantos séculos um confinamento intelectual e um degredo político, num poderoso centro industrial e num inesgotável celeiro agrícola. Não é outra razão dos esforços chineses em vencer os desertos de fome, reabilitar a terra das inundações, imunizar as populações contra os germes letais, aventurar-se pelo longínquo interior onde não chegou a cobra estrangeira é onde só chegaram os confiscos, as retaliações e o preço de sangue nas guerras fratricidas.

Não mais se repetirá a tragédia histórica dos campos de opressão cercando e dominando as cidades de luxo e corrupção. Não mais os impérios se constroem com intrigas, dinheiro e armas. A ajuda econômica e a assistência técnica às nações menos desenvolvidas e menos favorecidas representam hoje as esperanças de estabilidade e segurança. Há um terceiro mundo de nações neutras ou indiferentes, na confluência ou nas margens desse mundo dividido, que deseja ajuda sem compromisso militares, assistência sem servidões econômicas, auxílio desinteressado sem obrigações e deveres que hipotéquem as orientações e as atitudes da sua política externa. Os planos regionais de desenvolvimento econômico apresentam em lista inumerável de programas e projetos. A Patagônia, o Mezzogiorno na Itália, os vales do Domador na Índia ou do Jordão no Oriente Médio, os pequenos territórios da América Central já atingiram a graus, taxas e padrões de expansão.

Quando voltamos os olhos para o sado, é tão pouco o que estamos fazendo para consolidar a unidade nacional vinda da herança e vocação do passado e tão pouco o que estamos fazendo em comparação aos outros povos que temos a sensação de vergonha e remorso. Educamos-nos no romantismo de que a língua, a religião, os costumes e as tradições criavam uma pátria una e indivisa. Era um sentimento, um estado de alma, uma aparência de harmonia e não um fator de coesão. Nessa unidade de fachada para uso externo temos uma terra auto-colonizada onde regiões guerreiras contra regiões, onde o poder material dos estados prósperos se erige no predomínio e na supremacia em relação aos estados menos favorecidos, onde os ciclos econômicos evoluem entre os esplendores da riqueza e as servidões da miséria, onde zonas privilegiadas criam as classes afortunadas e onde as zonas decadentes geram massas degradadas. Atrás de fachadas monumentais, cidades tentaculares, cenários opulentos e existências douradas estende-se a terra maldita e condenada das aflições e dos desenganos. É o nordeste brasileiro que está curtindo o crime de muitas gerações que preferiram viver nos ócios da disponibilidade a cumprir os deveres humanos. A sua salvação e a sua redenção constituem uma dívida nacional se ainda temos capacidade de vergonha e remorsos ou um seguro calculado se ainda não perdemos o instinto primário de defesa e sobrevivência. É a missão que se descerra diante das novas gerações e de resgatar os erros acumulados, as desigualdades de tratamento, os pecados de omissão e da indiferença, o absentismo dos que se alheiam dos seus problemas e o egoísmo dos que lhe tiraram possibilidades e oportunidade de desenvolvimento.

Dezessete milhões de habitantes, 32% da população brasileira, maior demograficamente do que a Argentina e o Canadá, um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados, 14% da área do Brasil, abrem somente na América Latina da Argen-

tina, do Peru e do México, eis a vastidão territorial que só tem conhecido o desgaste, eis o reservatório humano que só tem conhecido o desperdício.

A renda per capita em 1953, não alcançou três mil cruzeiros anuais. A renda global em 1954 apenas 13% da renda nacional.

A renda per capita em 1954, apesar dum aumento verificado, que produziu um falso otimismo, não atinge a 49% da renda por pessoa nas outras regiões do País. Três mil e quinhentos cruzeiros anuais por pessoa, trezentos cruzeiros por mês, aí estão a renda da fome, o salário da morte lenta, sombras que perambulam andrajosas, descalças e subalimentadas, vivendo ao relento, casa sem lume e sem pão, velhos que imploram a caridade e sucumbem às doenças não cuidadas, crianças que se entregam ao vício e à delinquência, mulheres que a tirania das necessidades fazem esquecer o pudor.

Não causamos inveja a Kenia na África, Ceilão na Ásia ou a República Dominicana na América que apresentam maior taxa de renda e índices de prosperidade. Possuindo 32% da população brasileira, é revelador de pauperismo que o nordeste só contribua com 35% para o volume da renda nacional. Tendo uma densidade demográfica de 13 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a do Brasil alcança apenas 6%, é mais um sintoma denunciador duma asfixia de população que se move nas últimas fronteiras da resistência e nas margens derradeiras da sobrevivência. O aumento da renda regional não acompanha o ritmo progressivo da renda pessoal. Ao contrário, na renda per capita o decréscimo verificado nos últimos anos é menos um sinal de estagnações do que de retrocesso. A emigração, ou mais caracteristicamente o êxodo dos retirantes, atingindo principalmente as idades válidas e economicamente ativas dos 17 aos 27 anos, não é um fenômeno do espírito de aventura e pioneirismo, mas uma fatalidade ou uma enfermidade crônica resultante das condições materiais e necessidades forçadas. É a forma do emprego das regiões mais acessíveis e atraentes do Sul do País que absorve em ondas sucessivas não os excedentes de população, mas as próprias reservas necessárias e insubstituíveis de braços e aproveitamento produtivo. As lavouras e pastagens ocupam apenas 38% das terras contra 71% em Minas Gerais ou 73% no Rio Grande do Sul. No Nordeste as atividades agrícolas comportam 74% da população numa taxa de 13% acima do País. Mas a participação da renda regional é apenas de 42%. Nesse índice devem ser incluídas as atividades de baixo rendimento. O comércio, que é apenas 5% da população total, concorre com 20% para a mesma renda regional.

A densidade média da população vive em pequenos centros rurais ou habitações esparsas, apenas 20% em aglomerações urbanas de mais de 2.000 habitantes. O número de estrangeiros não chega a 10.000. De 1870 a 1950 cresceu 303%, o Sul quase 4.000 por cento.

As raízes feudais concentram a direção da propriedade em poucas mãos. Trinta e sete mil propriedades, representando menos de 6% do total, ocupam 61% da superfície do polígono. É o latifúndio improdutivo cercado do minifúndio anti-econômico. Não se expande a área cultivada da região porque raramente excede de 10% da área das propriedades. Mão de obra barata e abundante, baixa remuneração do trabalho rural uma família trabalha o ano inteiro para perceber 1.500 cruzeiros, 70% de população vivendo em zonas marginais e anti-sociais sem nenhum poder de consumo; o dono da terra pensa apenas em gerar o pauperismo porque não interessa adquirir maquinaria e porque o capital disponível

reserva para a especulação nas cidades. O desnível, mesmo na região, é evidente entre as cidades e os campos, sendo aquela seis vezes superior.

Mas, na parte dos impostos, é que tudo se inverte. É o nordeste o maior contribuinte proporcionalmente, sendo da década 40-50 a arrecadação per capita foi de 28 contra 25% dos outros Estados. É a safra, a transferência fiscal, o cerceamento da exiguidade dos seus recursos. Junte-se a percentagem da emigração que não é fenômeno periódico das secas, mas uma condição do trabalho rural e um produto da concepção feudalista de propriedade, que atinge cada ano a 1/2% da população do polígono.

Em 1952 a emigração para o sul atingiu nas idades economicamente ativas 300 mil pessoas. Mas se todos os brasileiros são iguais, há quatorze Estados de nível irrisório, sete Estados de padrão elevado. Mas essa participação na renda nacional ainda é diversificada. Enquanto cada brasileiro, no Distrito Federal, tem um ganho médio de dezessete contos, em São Paulo de dez contos, a curva desce a 1.500 do Piauí e nos Estados do Nordeste na casa de dois contos mensais. Vejamos a percentagem na renda nacional quando se trata de remuneração do trabalho. O Nordeste se inclui em 47%. Os lucros das atividades econômicas fazem subir o Distrito Federal a 26%, São Paulo a 45%, os Estados do nordeste numa infinitesimal de menos de 1%.

O Distrito Federal e São Paulo absorveram mais de 2/3 da renda nacional enquanto 14 Estados dispõem de menos de 8% dos lucros nacionais para o seu desenvolvimento econômico. Mas se pensamos que a hidroelétrica do São Francisco pode produzir dois milhões e trezentos mil kilowatts, cifra superior à capacidade atual do Brasil, devemos cogitar de São Paulo que deve o desenvolvimento vertiginoso a seiscentos mil kilowatts. Mas, citando Louis Joseph Lebret, é o Brasil em todo o mundo que tem mais rápido crescimento de população. Podemos atingir em 1980 a cem milhões de habitantes. É uma população que precisa de emprego, pão e casa e só atingiremos quando aumentarmos cada ano em 5% a taxa de produção agrícola e industrial. Mas o nordeste tem na agricultura a sua principal atividade econômica. E a produção agrícola da região alcançou 2.600 cruzeiros por agricultor enquanto na zona central chegou ao índice de quase oito mil cruzeiros. População densa, terra ingrata, exploração predatória.

Tomemos como exemplo, por hectare, a média de produtividade agrícola do Nordeste, comparando a outras regiões nacionais. Algodão, 70 quilos contra 214 em São Paulo, cana de açúcar, 38 quilos contra 47, em São Paulo, milho, 676 quilos contra 1.402 em Minas Gerais, feijão, 466 quilos contra 561 em Minas Gerais.

Cada trabalhador rural dispõe, no Nordeste, de 5 hectares contra 20 no Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1954, embora haja triplicado o valor em cruzeiros, a indústria nordestina, têxtil e alimentar, baixou de 10 para 9%. Dos 3.451 estabelecimentos de crédito encontra-se no nordeste apenas 273 enquanto São Paulo possui 1.300 e o Distrito Federal 343. A renda per capita, embora haja aumentado em cruzeiros de 47 para 54, representa apenas 49% em 1947 e 43 em 1954. No inquérito promovido pela Comissão Nacional de Política Agrária ficou firmado de que cerca de 90% dos municípios rurais trabalham a fogo e enxada e em trabalhos manuais. Da população total, 79% vive nos meios rurais e 21% nas cidades e vilas. Mas, em quase 4 milhões de nordestinos duma idade ativa dedicada a atividades agro-pecuárias e extrativas, há somente 742.000 propriedades rurais, o que significa que mais de

milhões trabalham em terra alheia. As reservas de urânio e tório, fosfatos, soda eletrolítica, bromo e potássio, soda acústica, metalurgia de chumbo, parafina, nitrogênio, cobre, ferro, manganês, cromo e chumbo, alumínio e refratários de magnésia, descobertos por acaso, não são as menos importantes para tornar a região independente das secas. Não temos o aproveitamento de algodão, embora o nordeste possua as fibras longas, porque as fábricas encontram a concorrência das indústrias do centro e do sul ainda não plenamente utilizadas. Não temos produção de açúcar porque, apesar das burocráticas restrições administrativas, o centro e o sul se tornaram os grandes fornecedores. Ainda temos o grave defeito que se encontra solo próprio para plantá-lo. Ainda assim, durante a última guerra, o nordeste perdeu 40 bilhões de cruzeiros em favor do Distrito Federal e de São Paulo, devido a política cambial e a uma severa norma de combate à inflação.

Mas existe no nordeste duza prioridades: fixar o povo daterria. Mas as duas podem ser adotadas desde que seja retirada para as atividades não agrícolas o excesso de população. Mas há, na divisão da terra, os planos primário, secundário e terciário. No primeiro é a produção agrícola, no segundo o de transformação industrial, no terceiro é o do governo, do setor público, dos grandes serviços, dos extraordinários investimentos oficiais. Devem suceder-se e não se opor. No nordeste, passamos do primário ao terciário, sem nos determos no plano da transformação industrial. E logo veio a inflação, que é mortal para as terras subdesenvolvidas. Os instrumentos da inflação representam um atentado contra o povo. É supérfluo quando não compromete os objetivos sacrificando matérias primas e mão de obra. É o hábito. É a transferência de recursos desvio para o entesouramento imobiliário das regiões mais pobres para os tentáculos absorventes. E para esse fim vão também as reservas da previdência social e as reservas econômicas de utilização. Mas o nordeste, em 20 anos, precisa ter uma renda per-capita igual à média nacional de 1950. Mas, tendo em conta a média produtividade e o crescimento demográfico, seria preciso um investimento de quase cem bilhões de cruzeiros. Mas outros autores afirmam que as possibilidades de incremento do aparelho produtivo dependem de pequenas inversões. Os dispêndios ordenados podem produzir resultados consideráveis.

Mas que é o nordeste? De um lado a emigração, o subemprego, a transferência de capitais. Onde estão os reforestamentos para proteção dos cursos d'água e defesa do solo onde o crédito rural, onde a expansão das cooperativas com as estações de mecanização, onde o reequipamento dos portos, onde os estímulos às lavouras de subsistência e de reservas alimentares, onde a defesa dos produtos do Nordeste, entre eles o açúcar, a cana, a algodão, a mamona, o babaçu, o cariri, o açafrão, o algodão, o cacau, a canaúba? É este o traçado do Nordeste: renda per-capita abaixo da média nacional insuficiência de depósitos e empréstimos, salários, recursos familiares, habitação extremamente baixos. A fôssia rudimentar corresponde a 40% da população. O analfabetismo atinge a 70%. As utilidades domésticas, máquinas de costura, filtros, aparelhos de rádio, despesas de educação e recreação, não existem nessa condição primitiva. A natalidade, ou a mortalidade no primeiro ano, devido à subnutrição, atinge a cifra superior de 300 em cada mil pessoas. Nos Estados Unidos a mortalidade atinge a 29 por mil e no

Egito alcançou 129 por mil habitantes.

Os problemas nordestinos são problemas, realidades, posições brasileiras. Enquanto existir a vasta região com o flagelo das secas, os males do latifúndio, o analfabetismo, as endemias, as carências alimentares, as indústrias sufocadas, a dependência financeira e tecnológica, o Brasil estará dividido entre metrópoles e colônias, tributários e potestades. Na electricidade, por exemplo, vemos companhias estrangeiras receberem a 40 e venderem a 90 centavos. Já houve mesmo o projeto de uma fábrica estrangeira utilizar 37% da energia de Paulo Afonso. Não é possível a sua descentralização. Mas também não é possível que não se aplique a electricidade contra as secas pela electrificação rural; pela irrigação racional, pela regularização dos rios periódicos, pela criação de grandes sistemas que permitem a elevação mecânica das águas perenes e abundantes.

Mas vejamos a parte de remuneração do trabalho na participação da renda nacional. As unidades do norte e do nordeste, que são as últimas na renda dos coeficientes per-capita, sobem ao primeiro bloco dos maiores participantes na remuneração do trabalho. São Paulo, que é o segundo nos coeficientes per-capita, passa ao décimo segundo lugar. Mas vejamos a cifra dos bancos. Eis por sua vez Distrito Federal e São Paulo com 26% e 45%, sobre os lucros nacionais, eis os estados do norte e do nordeste abaixo de 1% no México, da Bahia e Pernambuco na casa de 2%. São Paulo e Distrito Federal absorvem mais de 70% dos lucros nacionais. Enquanto isto, o conjunto de 14 unidades federadas percebe apenas 8% dos lucros nacionais.

É esta a nação dividida entre privilégios e inferioridades. Duma parte os lucros e doutra as privações da miséria. Mas para esses estados de economia fraca e dependente deviam dirigir-se recursos nacionais, a assistência oficial, créditos e investimentos a fim de corrigir as desigualdades econômicas e os desníveis sociais.

Em seis anos, a terminar em 53, os meios de pagamento aumentaram duas vezes. Pelo índice dos depósitos à vista é que auferimos os tributos de prosperidade ou as contingências de penúria. Eis aí: Nesse quadro o Distrito Federal aparece com um índice de 21 contos, os estados do sul com 2.500 cruzeiros, e o nordeste na sua inferiorização com 354 cruzeiros. Na rede bancária verificamos os índices per-capita decapitais autorizados e valores do ativo e passivo. No primeiro caso Distrito Federal 932, sul 183, nordeste 23. No segundo, Distrito Federal 79.000 sul 11.000, nordeste 2.200. Vejamos os coeficientes individuais nos índices dos empréstimos bancários: Distrito Federal, 18.000, sul 3.000, nordeste 590. Por outro lado subsistem as divergências entre os empréstimos bancários e os coeficientes de participação na renda nacional. Para os 4 milhões do Distrito Federal, 49 milhões, para os 31 milhões do nordeste, 8 milhões, uma relação 108 para 25%. Na proporção da renda nacional, sete unidades federativas, tiveram um excesso de 10%, 14 unidades um déficit igual de 10%. Não há participação proporcional como também não há ação supletiva oficial. Entre 1950-51, enquanto os empréstimos bancários baixavam, no nordeste, de 5 para 4%, em quatro Estados meridionais subiam de 39 para 50%.

É esse o quadro do nordeste nas suas cores e perplexidades. Não são somente as alterações produzidas pelas secas e estímulos e outras vezes por enxurradas e inundações. É a obstrução do solo pela cultura canieira sem mercados e sem rendi-

mentos. E por outro lado a escassez dos produtos essenciais de alimentação. Em toda parte a penúria e a indigência de braços, capitais, técnica e investimentos. O clima, entre estiagem e precipitações bruscas, sem regularidade, dificulta ou impossibilita as culturas principais. Manchas isoladas, oásis propícios, vales úmidos permitem preservação e racionalização. Há desertos climáticos onde não há florestação e há desertos fabricados pela demolição das florestas. O facies do nordeste compõe as duas alternativas. As adversidades da natureza, como se observa na África, podem ser corrigidas pela retificação dos cursos fluviais ou o aproveitamento dos lençóis subterrâneos. Mas as adversidades do homem, na sua ganância ou exploração, só a lei os corrige e emenda. O governo, a técnica especializada e a mão de obra captaram e aproveitaram a energia de Paulo Afonso. Mas, produzida a electricidade, não havia planos dos governos estaduais. Não foram elaborados programas regionais de distribuição.

Não foram criadas empresas de energia, mas os serviços entregues em alguns casos a empresas estrangeiras que elevam o preço do consumo. Não se estudou a diversificação das indústrias com o aproveitamento de matérias primas regionais. Não foram examinadas as áreas de colonização ou beneficiamento. Não foi sequer estudada a elaboração para a poupança das reservas florestais ou a redução de tarifas que facilitasse a expansão da produção.

Mas voltemos ao crédito oficial que sublinha a diversidade de tratamento. Em 53, para exemplificar, atingiu a 84 milhões os empréstimos realizados. Agora vejamos as cifras: Distrito Federal 14, leste 23, sul 20, nordeste 5 milhões. O coeficiente per-capita é, no Distrito Federal 5.457,00, no nordeste apenas 370, cruzeiros. Do crédito oficial, nos cinco anos a terminar em 53, sete unidades absorveram 87%, quatorze estados 13%. Mas, tudo resumido, distribuição de lucros, pagamento de trabalho, nível de depósitos, empréstimos oficiais e privados, potencial de recursos financeiros, a conclusão é apenas esta: os sete estados do sul com uma participação per-capita de mais de 9 mil cruzeiros e os quatorze demais estados, norte e nordeste, pouco mais de 1.00 cruzeiros.

Nas obras contra as secas, entre 47 e 54, dispendemos mais de 4 bilhões de cruzeiros. Mas só numa dessas calamidades, como a de 52, o Governo federal manteve e sustentou uma média mensal de cem mil trabalhadores. As estradas de ferro sujeitas a tarifas baixas são deficitárias. Os portos vivem desparelhados. O crédito é insatisfatório pela ausência de bancos regionais ou de zoneamento. Não existe agricultura mecanizada por falta de implementos, nem racionalização do processo produtivo, nem mesmo uma intensa ação de combate a pragas e flagelos. Não há distribuição de navios nem transportes organizados, nem frigoríficos, silos e armazéns, nem indústrias básicas, nem potencial de energia elétrica ordenado e distribuído. Se tudo falta, porque tudo falta? É que tudo se consome e esteriliza em investimentos desnecessários, obras de fachada, verbas eleitorais sem fins reprodutivos, trabalhos isolados sem plano e sem futuro.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Exa. dá licença para um aparte?

O SR. LOURIVAL FONTES — Pois não; com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Está V. Exa. dizendo uma verdade que aliás, todos reconhecem. O Nordeste não aproveitou, senão uma pequena parcela dos benefícios do Governo Federal, porque não tem havido, de for-

ma alguma, um planejamento, sem o qual não é possível realizar obra de real valor. Cansa-se de gritar por esse planejamento; há dezenas de anos o Nordeste clama por isso e reclama contra esse descuido, ou por outra, contra a desidia do governo da União. Nada se conseguiu entretanto. O resultado é que se gastaram bilhões, o Nordeste ficou endividado, pois toda a gente leva à muito naturalmente, à sua conta essa imensa despesa e o proveito é quase nulo nos reservatórios de todo o Nordeste estão armazenados cerca e meio bilhões de metros cúbicos de água mas a irrigação é insignificante. Brevemente farei um discurso, nesta Casa, mostrando tudo quanto se tem feito de mal no Nordeste e a necessidade imprescindível de um planejamento, sem o qual tudo será debalde. Esse planejamento deverá começar pela reforma do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que, enquanto funcionar como até agora, nada fará de útil.

O SR. LOURIVAL FONTES — As observações de V. Exa. estão todas contidas no meu discurso.

O Sr. Fernandes Távora — Verifico que o nobre colega compreendeu perfeitamente o assunto e o está esplanando admiravelmente bem.

O SR. LOURIVAL FONTES — Grato a V. Exa.

(Lendo):

Não se conhece a ação do Banco de Desenvolvimento Econômico para o reaparelhamento das suas vias de transporte e comunicação. Não se surpreendem as tarefas do Banco do Nordeste para o fomento das indústrias nativas como o babaçu e a sal-gema. O Instituto do Açúcar criado em hora feliz para controlar a produção, a distribuição e aproveitamento da cana de açúcar, não resistiu aos assaltos das zonas prósperas do sul do país. O algodão vive ao influxo da competição estrangeira. As obras contra as secas cavaram poços e açudes valorizando terras alheias e nada fizeram ou estão fazendo para instalar nas suas margens um sistema próprio e complementar a irrigação. O ativo do Vale do São Francisco é resumido no cenário de clínicas e hospitais que permanecem fechados por falta de verbas. A hidroelétrica, marco memorável da técnica brasileira, destinou a distribuição o consumo de energia a Estados ou companhias privadas que não só a encareceram como não a utilizaram em escala de produção. Sem investimento, sem técnica, sem capitais e sem possibilidades de industrialização de suas matérias primas e sem meios de exportação, o nordeste não venceu o estágio da agricultura primária e rudimentar que sobrevive à custa de financiamento forçados, créditos de emergência ou os paliativos e emolentes do tesouro público. Estamos cansados de ouvir falar de salvação ou redenção do nordeste. Mas não se organiza a produção que continua gravosa, nem se libertam os esforços que prosseguem hipotecados, nem se dão transportes que permanecem asfixiantes, nem se remunera o trabalho, nem se assegura o emprego nem se pagam salários que não sejam os do risco, do medo e da fome. Embora dotada de recursos naturais a região permanece economicamente atrasada. Nada menos de 18 órgãos e departamentos: aproximação ou coordenação de atividades. A tendência do nosso esforço visa a uma natureza defensiva, inerte e passiva. Não somos afirmativos em análise e na pesquisa porque nos deixamos absorver por uma crítica negativa contra a seca e o exodo. O nordeste continua a ser uma área de problema quando nos convoca como uma força de experiência.

Acariciamos a vocação da unidade e estamos marchando para a dispersão. A desigualdade e a disparidade do nosso progresso está criando a prioridade de alguns estados contra a injustiça, a insegurança e a instabi-

lidade de vastas regiões onde não chegaram a iniciativa, o esforço ou o esforço.

As leis de tarifa, de licença e de agios não favorecem a igualdade da concorrência industrial. A Capital do País não é um motor de impulso, mas o centro desestímulo de absorção.

Quando celebramos a independência e a emancipação não devemos esquecer que temos ainda uma região autocolonizada, um povo tributário, terra e gente sem esperança, sem audácia e sem futuro. (Muito bem: muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa acaba de verificar que o autógrafo enviado ontem, à última hora, à Câmara dos Deputados, das emendas do Senado ao Orçamento da Receita, saiu errado na parte relativa à emenda n.º 14.

O texto correto dessa emenda, aprovado pelo Senado, é o seguinte:

"Em suplementação ao artigo 3.º da Lei Orçamentária, inclua-se a Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956, que altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências".

Na redação final, e, consequentemente, no autógrafo, em vez do "artigo 3.º" saiu art. 8.

Trata-se de erro manifesto.

Para o caso o Regimento prevê remédio adequado, pois dispõe, no § 5.º do seu art. 147 que:

"Quando, após a aprovação de qualquer redação final de projeto, se verificar inexistência material, lapso ou erro manifesto do texto a Mesa procederá à respectiva correção, da qual fará conhecimento ao plenário, fazendo a devida comunicação à Câmara dos Deputados se já lhe houver enviado o autógrafo, ou ao Presidente da República se já tiver o projeto subido à sanção. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção; em caso contrário caberá a decisão ao plenário".

Nessas contribuições, a Mesa, com fundamento no dispositivo citado, fará a retificação do erro, em ofício à Câmara dos Deputados, se contra essa medida não se manifestar o Plenário. (Pausa).

A Mesa assim procederá. (Pausa) Vai ser lido outro, requerimento de urgência.

É lido o seguinte

Requerimento n. 671, de 1956

Nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, requiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 171, de 1956, que transforma as estradas de ferro da União em Sociedade Anônima.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1956. — Remy Archer — Paulo Fernandes — Garpar Veloso — Francisco Gallotti — Ary Vianna — Neves da Rocha — Daniel Krieger — Othon Mader — Onofre Gomes.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado depois da ordem do dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 1955, que dá nova redação ao § 2.º do artigo 499 da Consolidação das Leis do Trabalho (aprovado em

1.ª discussão na Sessão de 14 de novembro de 1956); tendo pareceres favoráveis (n.ºs 891 e 892, de 1956, das Comissões de Constituição e Judicial e de Legislação Social).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 6, DE 1955

Dá nova redação ao § 2.º do art. 499 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 2.º do art. 499 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço, nos termos dos artigos 477 e 478".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia, submeto à votação o Requerimento de n.º 670, lido na hora de expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 316, de 1956.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto figurará na Ordem do Dia de segunda sessão ordinária seguinte a esta.

Em votação o Requerimento número 671, de autoria dos nobres Senadores Remy Archer e outros, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 171, de 1955.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto entrará em Ordem do Dia da segunda sessão ordinária seguinte a esta.

Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 274, de 1956, que fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores, intendentes, médicos, farmacêuticos, especialistas em aviação, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude de requerimento do Sr. Lima Teixeira e outros Srs. Senadores, aprovado em 27-11-56); tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 249, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 para realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo Parecer favorável, sob n.º 1.048 de 1956 da Comissão de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 15 horas e 40 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR DANIEL KRIEGER NA SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1956 E QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLI- CADO COM INCORREÇÕES.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, antes que se encerre definitivamente este plúmbeo dia, que recorda outro triste dia ao Brasil, transcorrido precisamente há 21 anos, valho-me da palavra para prestar homenagem àqueles que foram vítimas dessa filosofia materialista que tem infelicitado o mundo em procura do estabelecimento de um domínio férreo que avilta a consciência e o coração humano.

Não pode o Brasil esquecer o sacrifício daqueles que nesse dia morreram no cumprimento do dever, por se oporem à intenciona que pretendia instituir no país regime contrário à tradição e à consciência dos brasileiros.

O Sr. Francisco Gallotti — Muito bem.

O SR. DANIEL KRIEGER — Creio, Sr. Presidente, que na homenagem que se presta àqueles que serviram abnegadamente ao País se dá estímulo para que as gerações presentes e futuras se afervorem no alto sentimento de amor à pátria e às instituições republicanas.

Seria imperdoável se, nesta hora de tão profundas conturbações, no instante em que essa mesma filosofia a que me referi jugula povos pela violência, e estrangula consciências pela força; nesta hora em que no próprio território nacional ela procura unir-se, organizar-se, a para, posteriormente, desfechar um golpe contra as instituições democráticas no País; seria imperdoável se o Congresso Nacional se conservasse indiferente e não prestasse homenagem àqueles que tombaram na defesa das instituições.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem.

O Sr. Sá Tinoco — Muito bem.

O SR. DANIEL KRIEGER — Senhor Presidente, desejo fique consignado nos Anais do Senado da República que esse dia não correu indiferente; que recordamos com saudade e emoção o que morreram e lições dissemos que eles, do assento etéreo a que subiram — se memórias desta vida se consentem — pensem que o brasileiro fiel às suas tradições de bravura e de lealdade continua glorificando seus nomes, porque não deseja outra Pátria senão aquela com que sonharam os seus maiores, na sua grandza e na sua fidelidade ao regime democrático! (Muito bem: muito bem. Palmas).

Comissões de Promoções

44.ª REUNIAO REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1956

Republique-se por ter saído com incorreções.

As quatorze horas do dia vinte de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Promoções.

Presentes, o Presidente, Sr. Paulo dos Santos, e os membros: Mauro Cunha Campos de Moraes e astro e Paulo Nunes Augusto de Figueiredo.

E' lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

Com a palavra o Sr. Presidente informa que a finalidade da reunião é tratar de assuntos sobre processos recentemente enviados à Comissão. Nestas condições, de acordo com a norma previamente estabelecida, fazia a distribuição dos mesmos.

— Ao Sr. Mauro Cunha Campos: — o de João Ribeiro de Souza, vaga oriunda de falecimento. Processo dos ocupantes da carreira de Diretor de Serviço e Oficial Legislativo na vaga decorrente da aposentadoria do Vice-Diretor Flávio Amorim Goulart de Andrade.

— Ao Sr. Paulo Figueiredo: o de aposentadoria de Lino da Silva e o dos candidatos aprovados no concurso de Auxiliar Legislativo.

Com a palavra o Sr. Mauro Cunha Campos tece considerações aos processos de Elza Freitas Portal e Silva, taquígrafa, solicitando sua transferência para a carreira de Redatores; Pedro Cidral Mansur pedindo transferência para a carreira de Auxiliar de Portaria; e Joaquim Correia de Oliveira Andrade.

Entende, só deverá opinar nos mesmos se a Douta Comissão Diretora assim entender, uma vez que os respectivos requerimentos não foram dirigidos à Comissão de Promoções.

O que ficou resolvido.

Continuando com a palavra informa ter pedido à Diretoria de Pessoal, e já recebidos os processos: — José Pereira de Carvalho, José Euvaldo Peixoto, Aleixo Alves de Souza, Paulo da Silva Carneiro, Antônio Guimarães Santos, José Soares de Oliveira, todos devidamente ultimados, para o arquivo da Comissão.

Com a palavra o Sr. Paulo Figueiredo, debate-se, e segue-se, a maneira de se processar as promoções dos Auxiliares Legislativos, classe J, de acordo com o processo enviado à Comissão. Entendeu a Comissão, consoante o que estabelece a Resolução n.º 39-56, no seu § 3.º que as mesmas teriam que ser feitas, obedecida a classificação do concurso e o artigo 154 do Regulamento.

Nada mais havendo que tratar, às dezesseis horas e trinta minutos, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Concurso para Taquígrafo Classe "N"

IDENTIFICAÇÃO DA PROVA N. 1

(Idioma Pátrio)

Na presença dos interessados, proceder-se-á, às 13 horas do próximo dia 3 de dezembro, na Diretoria da Taquígrafia, à identificação da prova n. 1 (Idioma Pátrio).

Secretaria do Senado Federal, em 28 de novembro de 1956. — Luis Nabuco — Diretor Geral.